



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

19 de março de 2012

Several handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. There are at least three distinct signatures, including one that appears to be 'Bl. OM' and another that looks like 'H'.

JUCESP

03 03 10

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

Pelo presente instrumento particular,

- (1) **ECOPART INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manoel, nº 222, Bairro Cerqueira César, CEP 01411-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 05.881.213/0001-93, neste ato devidamente representada nos termos de seu estatuto social (doravante denominada "**Emissora**");
- (2) **ECOINVEST ASSESSORIA – DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manoel, nº 222, Bairro Cerqueira César, CEP 01411-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.130.575/0001-80, neste ato devidamente representada nos termos de seu contrato social (doravante denominada "**Ecoinvest**");
- (3) **TAEINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, 2º andar, CEP 01310-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.720.630/0001-42, neste ato devidamente representada nos termos de seu estatuto social (doravante denominada "**Taelinvest**" e, em conjunto com Ecoinvest, as "**Acionistas**". A Emissora e cada uma das Acionistas são denominadas individualmente como "**Parte**" e, conjuntamente, como "**Partes**"); e
- (4) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP 22640-102, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/001-38, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados, respectivamente, "**Agente Fiduciário**" e "**Debenturistas**");



vêm por meio desta e na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ecopart Investimentos S.A.” (**Escritura de Emissão**):

1 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 1.1 A Emissora é uma empresa controlada pelas Acionistas e tem por objeto (i) a participação em outras sociedades brasileiras e estrangeiras, incluindo fundos de investimento, que atuam no setor de geração de energias renováveis, respectivas infraestruturas de suporte, derivados e serviços correlatos; (ii) o investimento em projetos no setor de geração de energias renováveis, respectivas infraestruturas de suporte, derivados e serviços correlatos; e (iii) a prestação de consultoria e assessoria a projetos correlatos aos indicados nos itens (i) e (ii).

2 AUTORIZAÇÕES

- 2.1 A presente Escritura de Emissão e a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, em série única (**“Debêntures”**) para a distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (**“CVM”**) nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (**“Instrução CVM 476”**) (**“Oferta”** ou **“Emissão”**) é realizada com base nas seguintes deliberações societárias da Emissora: (i) Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora, realizada em 19 de março de 2012 (**“AGE Emissora”**), e (ii) Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 19 de março de 2012 (**“RCA Emissora”**).

3 REQUISITOS

- 3.1 A Emissão será feita com observância aos seguintes requisitos:

3.1.1 *Arquivamento e publicação dos atos societários.* A ata da AGE Emissora e a ata da RCA Emissora serão arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (**“JUCESP”**) e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo (**“DOESP”**) e no Diário Comércio Indústria & Serviços;

3.1.2 *Registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (**“SDT”** e **“CETIP”**, respectivamente), sendo a distribuição liquidada através da CETIP, e

JUCESP

(b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), sendo as negociações liquidadas na CETIP;

3.1.3 *Registro da Escritura de Emissão e de seus aditivos*: A presente Escritura de Emissão, assim como seus eventuais aditivos, deverá ser registrada na JUCESP, nos termos do artigo 62 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, (“**Lei das Sociedades por Ações**”);

3.1.4 *Comunicação à CVM*. O encerramento da Oferta deverá ser comunicado à CVM, na forma do artigo 8º da Instrução CVM 476, da Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada (“**Instrução CVM 134**”), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Lei das Sociedades por Ações, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, em até 5 (cinco) dias contados da data de encerramento da Oferta;

3.1.5 *Registro do Contrato de Garantia*. O Contrato de Alienação Fiduciária, conforme definido na Cláusula 5.9.1 abaixo, deverá ser registrado (i) no cartório de Registro de Títulos e Documentos de domicílio da Emissora, (ii) no livro de “Registro de Ações Nominativas” da Emissora, e, ainda, arquivado na sede da Emissora;

3.1.6 *Registro na CVM*. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM-476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação; e

3.1.7 *Registro na Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)*. A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“**Código de Regulação ANBIMA**”).

4 CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1 **Número de Séries**. A Emissão será realizada em uma única série.

4.2 **Valor Total da Emissão**. O valor total da Emissão é de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de Reais).

4.3 **Quantidade de Debêntures**. A Emissora emitirá 4 (quatro) Debêntures.

JOCEP

- 4.4 **Destinação de Recursos.** Os recursos obtidos por meio da Emissão destinar-se-ão ao alongamento de passivo da Emissora.
- 4.5 **Número da Emissão.** Esta Emissão representa a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.
- 4.6 **Limite da Emissão.** Em decorrência da revogação expressa do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, pela Lei nº 12.431 de 27 de junho de 2011, a Emissão não estará sujeita a qualquer tipo de limite quanto ao valor total das Debêntures.
- 4.7 **Banco Mandatário.** O banco mandatário será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("**Banco Mandatário**").
- 4.8 **Instituição Depositária.** A instituição depositária será a Itaú Corretora de Valores S.A. instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-53 ("**Instituição Depositária**").

5 CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 5.1 **Procedimento de Colocação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de melhores esforços, com intermediação do Banco Indusval S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, nº 151, 5º, 6º e 27º andares, Itaim Bibi, CEP 01451-011, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.024.352/0001-71, ou uma de suas controladas ("**Coordenador**"), e destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, assim entendidos por instituições financeiras, companhias seguradoras e sociedades de capitalização, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente subscrevam, no âmbito da Oferta, debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), fundos de investimento, administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios, regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, combinado com o artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").

- 5.1.1 No âmbito da Oferta: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476.
- 5.1.2 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável.
- 5.2 Negociação.** As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada através da CETIP, e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND, sendo as negociações liquidadas na CETIP.
- 5.2.1 A negociação das Debêntures no mercado secundário por meio do SND, somente poderá ocorrer depois de decorridos 90 (noventa) dias da Data de Emissão, apenas entre Investidores Qualificados, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476.
- 5.3 Data de Emissão das Debêntures.** 19 de março de 2012 (“Data de Emissão”).
- 5.4 Valor Nominal Unitário das Debêntures.** As Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de Reais) (“Valor Nominal Unitário”).
- 5.5 Atualização do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.
- 5.6 Comprovação da Titularidade.** Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Instituição Depositária, conforme definido abaixo. Adicionalmente, quando as Debêntures estiverem custodiadas na CETIP, será expedido pela CETIP um extrato em nome do titular, que servirá de comprovante de titularidade das Debêntures.
- 5.7 Forma.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, e não haverá a emissão de certificados representativos. A titularidade das Debêntures será comprovada pelo mecanismo previsto na Cláusula 5.6 acima.
- 5.8 Não Conversibilidade.** As Debêntures não serão conversíveis em ação de qualquer natureza da Emissora.

6

5.9 Espécie e Garantia: As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante, com privilégio geral sobre os ativos da Emissora, nos termos do artigo 58, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

5.9.1 A presente Escritura de Emissão será aditada até 05 de abril de 2012 com o objetivo de constar no documento a constituição de garantia real de alienação fiduciária sobre 15.000.00 (quinze milhões) de ações de emissão da Emissora de titularidade das Acionistas ("**Alienação Fiduciária Primária**"). Posteriormente à constituição da Alienação Fiduciária Primária e até o dia 30 de agosto de 2012, a Escritura de Emissão será novamente aditada, com o objetivo de constar no documento a constituição de nova garantia real de alienação fiduciária sobre 15.000.00 (quinze milhões) de ações de emissão da Emissora de titularidade das Acionistas, complementar à Alienação Fiduciária Primária ("**Alienação Fiduciária Complementar**" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária Primária, "**Alienação Fiduciária de Ações**"). A Alienação Fiduciária Primária será constituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e as Acionistas, conforme modelo constante no Anexo I a presente Escritura de Emissão ("**Contrato de Alienação Fiduciária**"), enquanto a Alienação Fiduciária Complementar será constituída através do aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, conforme os termos e condições ali estabelecidas.

5.10 Preço, Prazo e Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas por 100% (cem por cento) de seu Valor Nominal Unitário.

5.10.1 As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP através do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada pela CETIP. Enquanto 3 (três) Debêntures serão integralizadas em até 10 (dez) dias após a Data de Emissão, em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário de acordo com os meios operacionais da CETIP, a Debênture restante será integralizada até 30 de agosto de 2012, nas mesmas condições previstas para as Debêntures integralizadas anteriormente no âmbito da Oferta.

5.10.2 Após 30 de agosto de 2012, as Debêntures não subscritas e/ou não integralizadas serão canceladas pela Emissora.

5.11 Data de Vencimento. As Debêntures terão prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo em 27 de março de 2015 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado

7

das Debêntures descritas na Cláusula 5.18 abaixo e de Resgate Antecipado descritas na Cláusula 5.17 abaixo.

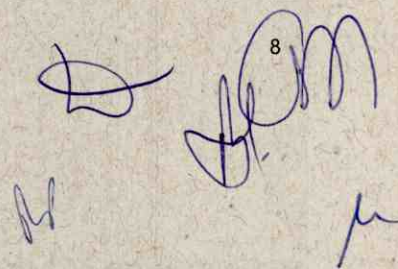
- 5.12 Amortização do Valor Nominal Unitário.** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas semestrais, nos percentuais, valores e datas abaixo indicadas ("**Datas de Amortização**"), sendo o primeiro pagamento devido em 27 de setembro de 2013 e o último na Data de Vencimento, ressaltadas as hipóteses de Eventos de Vencimento Antecipado das Debêntures descritas na Cláusula 5.18 abaixo e de Resgate Antecipado descritas na Cláusula 5.17 abaixo.

Parcela	Data da amortização	Percentual de Amortização
1ª.	27/09/2013	25%
2ª.	27/03/2014	25%
3ª.	27/09/2014	25%
4ª.	27/03/2015	25 %

- 5.13 Remuneração.** Sobre o Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cento por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um spread anual de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos a partir da Data de Emissão até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo) ("**Remuneração**").

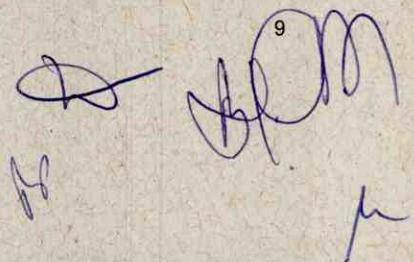
- 5.13.1** Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("**Período de Capitalização**").

8



- 5.13.2 Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
- 5.13.3 A Remuneração apurada no Período de Capitalização que se inicia na Data de Emissão e se encerra em 27 de março de 2015 será incorporada ao Valor Nominal Unitário de cada Debênture e paga semestralmente juntamente com as parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário, nos termos da Cláusula 5.12.
- 5.13.4 O rendimento das Debêntures devido desde a Data de Emissão até o prazo de 18 (dezoito) meses após a Data de Emissão será incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures, cujo valor ajustado será a nova base para incidência da Remuneração das Debêntures para os próximos Períodos de Capitalização.
- 5.13.5 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia quando do pagamento das obrigações pecuniárias previstas na Cláusula 5.13 acima, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia.
- 5.13.6 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia por prazo superior a 10 (dez) dias corridos da data esperada para sua divulgação (**"Período de Ausência da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia"**), ou, ainda, no caso de sua extinção por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações para a definição, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da remuneração em vigor. Tal Assembléia Geral de Debenturistas será convocada no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, da data da extinção ou da data de impossibilidade legal de sua aplicação ou da determinação judicial pela não aplicação da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI -

9

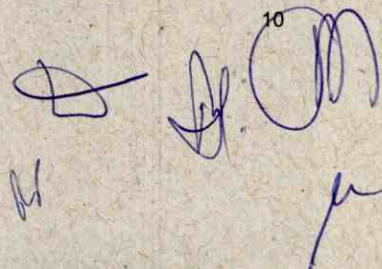


Depósitos Interfinanceiros de um dia conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não serão devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia.

5.13.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:

- (i) resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos desta Escritura de Emissão, acrescido da Remuneração, conforme definido abaixo, devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, a partir da data de subscrição e integralização ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia divulgada; ou
- (ii) apresentar o cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época e ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das

10



110101

Debêntures em circulação. Caso a respectiva taxa substituta da remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia.

5.14 Cálculo da Remuneração. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com seis casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com nove casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k , da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de um até n_{DI} .

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do "FatorDI", sendo " n_{DI} " um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k , de ordem k, expressa ao dia, calculado com oito casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

11

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil (*overnight*), utilizada com duas casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com nove casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 5,500 ao ano; e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.1.1.1. Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com oito casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com nove casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

12

11:00:00

5.15 Repactuação. Não haverá repactuação programada para as Debêntures.

5.16 Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura de Emissão, todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal Diário Comércio Indústria & Serviços, e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora, devendo esta avisar o Agente Fiduciário, antecipadamente, da realização de qualquer publicação.

5.17 Resgate Antecipado. As Debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, total ou parcialmente, antes da Data de Vencimento, nas Datas de Amortização, mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias, sendo que o primeiro resgate somente poderá ocorrer em 27 de março de 2013.

5.17.1 O valor de resgate das Debêntures antecipadamente resgatadas deverá ser equivalente a 100% (cem por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a última data de pagamento da Remuneração, respectivamente, até a data do efetivo resgate.

5.17.2 Fica estabelecido que: (i) para as Debêntures registradas no SND, o resgate antecipado ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura ou qualquer outra formalidade. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND.


5.18 Vencimento Antecipado. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, conforme definido a seguir, a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o quórum específico estabelecido na Cláusula 8.6 abaixo e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures, devidamente ajustado pela Remuneração prevista nesta Escritura de Emissão, e outros encargos conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

10000000

- (i) Não conclusão de processo de M&A entre a Emissora e empresa previamente aprovada por escrito pelo Coordenador (conforme tratativas ora em andamento), no prazo de até 164 (cento e sessenta e quatro) dias, contados a partir da Data de Emissão das Debêntures;
- (ii) Inadimplência em relação a qualquer obrigação assumida junto ao Coordenador, seja nesta Debênture ou em outros a esta vinculados ou derivados, ou em qualquer outro Contrato ou Cédula de Crédito firmado(a) com o Coordenador, em especial, pelo não pagamento no respectivo vencimento, de qualquer prestação devida;
- (iii) Provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e pelas Acionistas no âmbito da Oferta e nos demais documentos a serem firmados no âmbito da oferta ("**Documentos da Oferta**"), que afete de Forma Substantial Adversa, conforme definido na Cláusula 6.3.27 abaixo, a Oferta;
- (iv) Ocorrência de: (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido por esta no prazo legal; (d) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz;
- (v) Autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou de sua controladora, suas controladas ou coligadas, se houver;
- (vi) Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (vii) Não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta (observadas as disposições do item "vi" desta Cláusula 5.18), que (a) não tenha sido sanada nos prazos de cura nelas

- (viii) Não cumprimento, pela Emissora ou pelos Acionistas, das obrigações previstas nas Cláusulas 5.9.1, 6.1 e 6.2 da presente Escritura de Emissão em conformidade com os prazos ali estabelecidos;
- (ix) Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se (a) no prazo legal o protesto tiver sido cancelado ou suspenso, (b) forem prestadas pela Emissora, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo ou (c) a Emissora consiga validamente comprovar, de forma satisfatória aos Debenturistas, que o protesto foi feito por erro ou má fé de terceiros;
- (x) Inclusão da Emissora em qualquer cadastro de proteção ao crédito em valor superior, em conjunto ou isoladamente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não seja sanado ou declarado ilegítimo no prazo de até 3 (três) dias úteis;
- (xi) Inadimplemento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora em valor superior, em conjunto ou isoladamente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- (xii) Trânsito em julgado de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais, para as quais a Emissora não tenha feito provisão para pagamento em valor superior, em conjunto ou isoladamente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (xiii) Venda, transferência ou alienação de ativos da Emissora em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), sem a prévia autorização dos Debenturistas, exceto na medida em que tais ativos sejam substituídos por outros de idêntica finalidade;

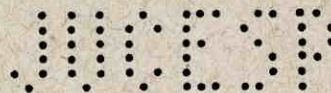
15



Handwritten signature

14

[Signature]



- (xiv) Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das Autorizações Governamentais, conforme definido na Cláusula 9.1 (xi) abaixo, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- (xv) Alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, que resultem na perda, pelas Acionistas Controladores, do Poder de Controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para esse fim. Para fins desta cláusula, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;
- (xvi) Cisão, fusão ou incorporação da Emissora ou realização de qualquer forma de reorganização societária da Emissora que implique na alteração do seu controle, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para esse fim;
- (xvii) Alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que, a critério dos Debenturistas, afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures;
- (xviii) Contratação de novas dívidas bancárias sem autorização prévia e expressa do Coordenador;
- (xix) Se a garantia real prevista na Cláusula 5.9.1 desta Escritura de Emissão, a critério do Agente Fiduciário, não for devidamente efetivada ou formalizada ou tornar-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar a capacidade de pagamento da Emissora;
- (xx) Suspensão, por iniciativa da Emissora, ou cancelamento da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- (xxi) A Emissora não aplicar os recursos captados por meio da Oferta de acordo com a Cláusula 4.4 acima;
- (xxii) Ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
- (xxiii) Resgate, reembolso ou amortização de ações, redução de capital (exceto para absorção de prejuízos), pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora a pelas Acionistas, quando esta estiver em mora com relação as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvado,

10059

-

110000

5.18.4 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

5.19 **Multa e Juros Moratórios.** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados pelo Agente Fiduciário e incidentes sobre as quantias em atraso.

5.20 **Decadência dos Direitos aos Acréscimos.** Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.19 acima, o não comparecimento do Agente Fiduciário para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.21 **Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento, por meio dos procedimentos adotados pela CETIP.

5.22 **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

5.23 **Imunidade dos Debenturistas.** Caso qualquer dos Debenturistas goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter os valores devidos, nos termos da legislação tributária em vigor, descontados dos seus rendimentos.

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature with the number 18 and other smaller marks.

JUCESP

6 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DAS PARTES

6.1 Conforme mencionado na Cláusula 5.9.1, a Emissora e as Acionistas obrigam-se a celebrar em data anterior ao dia 05 de abril de 2012, incluindo este ("**Data do Primeiro Aditamento**"), (i) aditivo a presente Escritura de Emissão, e (ii) Contrato de Alienação Fiduciária, com o objetivo de incluir a Alienação Fiduciária Primária como garantia às obrigações oriundas da presente Escritura de Emissão.

6.1.1 Adicionalmente, a Emissora e as Acionistas deverão enviar ao Agente Fiduciário e ao Coordenador, em até 05 (cinco) dias antes da Data do Primeiro Aditamento, 1 (uma) cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, a fim de comprovar que as ações objeto da Alienação Fiduciária Primária encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições. O Agente Fiduciário e/ou o Coordenador poderão ainda solicitar a entrega, pela Emissora e/ou pelas Acionistas, de documentos e informações adicionais visando realizar a constituição válida e eficaz da Alienação Fiduciária Primária.

6.2 Observadas as disposições da Cláusula 5.9.1 e 6.1 acima, a Emissora e as Acionistas obrigam-se a celebrar em data posterior a Data do Primeiro Aditamento, porém limitada ao dia 30 de agosto de 2012, incluindo este ("**Data do Segundo Aditamento**"), (i) aditivo a presente Escritura de Emissão, e (ii) aditivo ao Contrato de Alienação Fiduciária, com o objetivo de incluir a Alienação Fiduciária Complementar como garantia às obrigações oriundas da presente Escritura de Emissão.

6.2.1 Adicionalmente, a Emissora e as Acionistas deverão enviar ao Agente Fiduciário e ao Coordenador, em até 05 (cinco) dias antes da Data do Segundo Aditamento, 1 (uma) cópia do Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, a fim de comprovar que as ações objeto da Alienação Fiduciária Primária encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições. O Agente Fiduciário e/ou o Coordenador poderão ainda solicitar a entrega, pela Emissora e/ou pelas Acionistas, de documentos e informações adicionais visando realizar a constituição válida e eficaz da Alienação Fiduciária Complementar.

6.3 A Emissora e suas Acionistas, se aplicável, estão adicionalmente obrigados a:

6.3.1 protocolar a presente Escritura de Emissão na JUCESP, em até 5 (cinco) dias contados da sua assinatura, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados do registro da Escritura de Emissão na JUCESP, cópia de tal documento devidamente registrado;

- 6.3.2 comunicar, em conjunto com o Coordenador, o encerramento da Oferta à CVM;
- 6.3.3 solicitar, em conjunto com o Coordenador, o registro na CETIP da Oferta, devidamente instruído com todos os documentos e formulários que se fizerem necessários;
- 6.3.4 manter em vigência toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão à Emissora, ou qualquer uma de suas afiliadas, condição fundamental de funcionamento;
- 6.3.5 contratar, manter contratados, e remunerar os prestadores de serviços, incluindo o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, a CETIP, o Agente Fiduciário e os assessores jurídicos da Emissora e do Coordenador;
- 6.3.6 manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND durante o prazo de vigência das Debêntures;
- 6.3.7 cumprir com todas as obrigações relacionadas a esta Escritura de Emissão, aos demais Documentos da Oferta, à Instrução CVM 134, à Instrução CVM 476 e demais regulamentações aplicáveis a Oferta, incluindo, mas não se limitando as condições e obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- 6.3.8 enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no inciso III, artigo 17 da Instrução CVM 476; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura de Emissão para todos os fins de direito;
- 6.3.9 até a comunicação de encerramento da Oferta à CVM, limitar (a) a revelação de informações relativas à Oferta ao que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, e (b) a utilização de informação reservada estritamente aos fins relacionados com a preparação da Oferta;
- 6.3.10 abster-se de negociar, até a comunicação de encerramento da Oferta à CVM, com valores mobiliários de emissão da Emissora, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, no que for aplicável;

- 6.3.11 não distribuir, publicar ou elaborar qualquer material publicitário com relação à Oferta;
- 6.3.12 a partir do momento em que a Oferta se torne pública, ao divulgar informações relacionadas à Emissora ou à Oferta, não praticar qualquer ato que possa ser considerado, de qualquer forma, como um ato de extensão da Oferta, (a) observar os princípios relativos à qualidade, transparência, diligência, e igualdade de acesso à informação, e (b) esclarecer as suas ligações com o Coordenador, o Agente Fiduciário ou o seu interesse na Oferta, nas suas manifestações em assuntos que envolvam a Oferta, a Emissora ou as Debêntures;
- 6.3.13 providenciar, perante a Instituição Depositária, a formalização dos registros das Debêntures em nome do seu credor e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a subscrição e integralização das Debêntures;
- 6.3.14 arcar com o recolhimento de quaisquer taxas, tributos, tarifas ou emolumentos, incluindo os respectivos juros e multas, se aplicáveis, incidentes sobre a criação, emissão e venda das Debêntures e à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão, inclusive os tributos incidentes sobre a Remuneração do Agente Fiduciário e do Coordenador;
- 6.3.15 declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações diretamente prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta, e comprometer-se, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas e insuficientes, durante a vigência desta Escritura de Emissão, a notificar em até 1 (um) dia útil por escrito tal fato ao Agente Fiduciário;
- 6.3.16 cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente em tudo que for pertinente e material às atividades da Emissora;
- 6.3.17 não realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM, nos termos do artigo 9º, da Instrução CVM 476;
- 6.3.18 informar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado relacionados à Emissora imediatamente após a sua verificação ou qualquer outro descumprimento

às cláusulas desta Escritura de Emissão. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado;

6.3.19 encaminhar ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social bem como da declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das obrigações previstas na Escritura de Emissão;
- (ii) Em até 1 (um) dia útil, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, e ainda, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (iii) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 6.3.18 acima, em até 1 (um) dia útil após a sua ocorrência; e
- (iv) informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 10 (dez) dias úteis após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão.

6.3.20 não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor, em especial as que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nos termos dos Documentos da Oferta;

6.3.21 convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

6.3.22 cumprir com os termos e condições do Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo, mas não se limitando, a obrigação de obter antecipadamente, em caso de um Evento de Vencimento Antecipado, prévia autorização do

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 22.

JOESP

Agente Fiduciário para adoção das matérias especificadas no Contrato de Alienação Fiduciária;

- 6.3.23 não participar de qualquer prática ilegal relativa à condução das relações de trabalho com seus empregados;
- 6.3.24 manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- 6.3.25 manter seus bens e ativos operacionais e relacionados com seu objeto social devidamente segurados, conforme práticas correntes no segmento em que atuam;
- 6.3.26 manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- 6.3.27 manter atualizados e pleitear a obtenção ou a tempestiva renovação antes do término da vigência, caso aplicável, de todos os alvarás, aprovações, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios principais, especialmente aqueles que, uma vez desatualizados e/ou inexistentes possam afetar de Forma Substancial Adversa as atividades da Emissora ou das subsidiárias. Para fins da presente Escritura de Emissão considera-se **"Forma Substancial Adversa"** qualquer alteração relevante adversa (i) nas condições econômicas e financeiras da Emissora que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente; (ii) nos negócios, propriedades ou resultados da Emissora; e (iii) na habilidade da Emissora, conforme aplicável, de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- 6.3.28 (a) não utilizar quaisquer de seus recursos para qualquer contribuição ou doação ilícita a partidos políticos, governos ou funcionários públicos; (b) não efetuar pagamento ilícito, direto ou indireto, a qualquer oficial do governo ou funcionário público; (c) não efetuar qualquer pagamento ou praticar qualquer ato que viole qualquer disposição da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998; ou (d) não levar a efeito qualquer suborno, pagamento ilegal para tráfico de influência, propina ou outro pagamento ilícito; e
- 6.3.29 cumprir com todas as obrigações previstas no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Restrita, da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços

11000000

Restritos de Colocação, da Emissora, celebrado nesta data entre a Emissora, as Acionistas e o Coordenador.

- 6.3.30 Enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

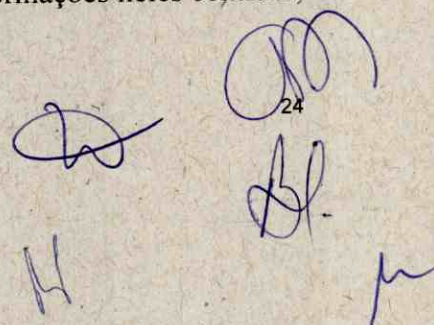
7 DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 **Nomeação.** A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

7.2 **Declarações.** O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("**Instrução CVM 28**");
- (iii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (iv) aceitar integralmente os termos da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, aceitando todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações neles contidas,

24



diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento;

- (v) estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com as obrigações nela previstas;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- (viii) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (x) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, além de outras autoridades competentes;
- (xi) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (xii) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto; e
- (xiii) que verificará a regularidade da constituição da garantia prevista no Contrato de Alienação Fiduciária, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos da cláusula 5.9.1.

7.3 Para os fins da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), seguem abaixo os dados relativos à 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Flutuante com Garantia Adicional e com Garantia Real, Não-Convertíveis em Ações de Emissão, para Distribuição com Esforço Restritos em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Ecopart Investimentos S.A. ("4ª Emissão de Debêntures da Ecopart Investimentos") em que o Agente Fiduciário atua como agente fiduciário. A 4ª Emissão de Debêntures da Ecopart Investimentos foi realizada em duas série, sendo que a 1ª série foi resgatada.







000000

000000

- (i) denominação da companhia ofertante: Ecopart Investimentos S.A.
- (ii) valor da emissão: R\$44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais), sendo R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) na 1ª série e R\$33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) na 2ª série.
- (iii) quantidade de debêntures emitidas: 11.000 (onze mil) Debêntures na 1ª série e 33.000 (trinta e três mil) na 2ª série.
- (iv) Espécie: flutuante com garantia adicional, garantia real, não conversíveis em ações.
- (v) prazo de vencimento das debêntures: 13 de novembro de 2020 para 2ª série.
- (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: garantia real das Debêntures da 2ª série – Ecoinvest Assessoria – Desenvolvimento e Participações LTDA (“Ecoinvest Assessoria”) e Taelinvest Participações S.A. (“Taelinvest”) empenharam em primeiro grau 13.499.999 (treze milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e noventa e nove) ações ordinárias nominativas do capital social da Emissora, detidas pela Ecoinvest, e 78.499.999 (setenta e oito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove) ações ordinárias nominativas do capital social da Emissora.
- (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período: não ocorreu.”

7.4 Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do

JUCESP

término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário.

- 7.4.1 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.
- 7.4.2 É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública com esforços restrito das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 7.4.3 A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.
- 7.4.4 O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.
- 7.4.5 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, averbado na JUCESP.
- 7.4.6 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- 7.4.7 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de notificação, de acordo com a Cláusula 10.

7.5 Deveres e Atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:



27

- 110550
- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
 - (ii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
 - (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
 - (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
 - (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
 - (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
 - (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
 - (viii) verificar a regularidade da constituição da garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária, bem como o valor das ações dadas em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
 - (ix) solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
 - (x) solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
 - (xi) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado da maneira prevista na Cláusula 5.16 acima, observadas outras regras relacionadas à publicação

constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;

- (xii) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- (xiii) elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia estabelecida no Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, e pela própria

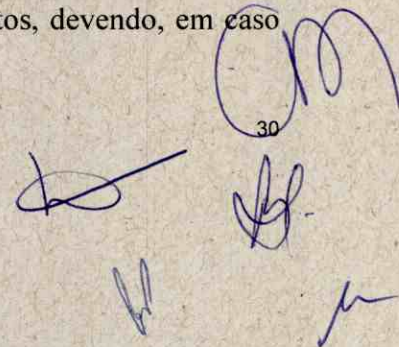
III:ESP

emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como as informações previstas no artigo 12, XVII, "k" da Instrução CVM 28;

- (xiv) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea "xiii" acima em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da Emissora ao menos na sede da Emissora e no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador;
- (xv) publicar, nos órgão da imprensa onde a companhia emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima.
- (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, mediante, inclusive, a gestões de tal relação junto à Emissora e à CETIP manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, mediante inclusive, a gestões de tal relação junto à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (xvii) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;
- (xviii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela companhia, de obrigações assumidas na escritura de emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos.
- (xix) disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-los aos Debenturistas e participantes do mercado através de seu website ou sempre que solicitados.

7.6 Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso

30



10059

de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 5.18:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- (iii) requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira;
- (iv) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e recuperação judicial; e
- (v) excutir a garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas.

7.7 Remuneração do Agente Fiduciário. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, remuneração anual de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo o primeiro pagamento devido pela Emissora no 5º dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes (“**Remuneração do Agente Fiduciário**”).

7.7.1 A Remuneração do Agente Fiduciário será (i) atualizada pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, por índice que vier a substituí-lo, contado a partir da data do primeiro pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário, conforme descrito na Cláusula 7.6 acima, até as datas de pagamentos seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário, e (ii) acrescida pelos impostos que vierem a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, incluindo, mas não se limitando a, ISS, PIS, CSLL e COFINS excetuando-se o IR – Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.2 A Remuneração do Agente Fiduciário deverá ser realizada mediante depósito em conta corrente a ser oportunamente indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.7.3 A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança

JUCESP

de inadimplências não sanadas pela Emissora, no âmbito da presente Escritura de Emissão.

7.7.4 Em caso de mora no pagamento de de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.”;

7.7.5 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que a Pentágono venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência”.

7.8 **Despesas.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere a cláusula anterior será efetuado em até 3 (três) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.8.2 As despesas a que se refere a Cláusula 7.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

JUCESP

- (ii) extração de certidões;
- (iii) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.8.3 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora.

8 DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 À Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o quanto disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

8.2 Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

8.3 **Convocação.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.3.1 A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da primeira convocação, e no prazo mínimo de 5 (cinco) dias contados da segunda convocação.

8.4 **Quórum de Instalação.** A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, observando-se que será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas, independentemente de convocação.

8.4.1 Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de

JUCESP


peças físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

- 8.5 Mesa Diretora.** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.
- 8.6 Quórum de Deliberação.** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que altere a Remuneração; (iv) que trate da liberação, substituição e/ou reforço das Garantias; ou (v) que altere qualquer um dos quorums de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura de Emissão, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, ressalvado o disposto na Cláusula 8.4.1.

9 DECLARAÇÕES E GARANTIAS

- 9.1** A Emissora neste ato declara e garante, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, que:
- (i) a Emissora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
 - (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Oferta e a cumprir com todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e demais Documentos da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - (iii) a Emissora está devidamente autorizada a emitir as Debêntures;
 - (iv) as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos demais Documentos da Oferta têm poderes bastantes para tanto;
 - (v) as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;

34



JUCEP

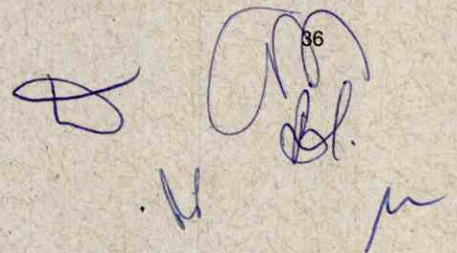
- (vi) a celebração e os termos e condições constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta (a) não infringe o estatuto social da Emissora, (b) não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte, (c) não infringe qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, e (d) não resultará em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento de que a Emissora é parte, e (ii) rescisão de qualquer contrato ou instrumento de que a Emissora é parte;
- (vii) as ações a serem dadas em garantia nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aditado, não estarão gravadas por quaisquer ônus ou gravames na Data do Primeiro Aditamento e na Data do Segundo Aditamento;
- (viii) as informações prestadas pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, aquelas devidas por ocasião do pedido de registro na CETIP são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Emissora por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;
- (ix) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação ambiental e trabalhista, no tocante a saúde e segurança ocupacional, inclusive quanto à inexistência de trabalho infantil e de trabalho escravo, aplicáveis e em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, e está, assim como suas controladas, obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (x) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (xi) possui todas as licenças, autorizações, permissões, concessões ou aprovações governamentais exigidas e/ou necessárias, seja no âmbito

JUL 98

federal, estadual ou municipal, para o exercício de suas atividades e para a celebração e cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta ("Autorizações Governamentais"), sendo todas elas válidas e eficazes;

- (xii) inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal, Autorização Governamental ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, ou (b) qualquer ação ou procedimento judicial, extrajudicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a afetar a Emissora, inclusive quanto às suas respectivas condições financeiras, atividades e capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta, ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar as Autorizações Governamentais ou esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Oferta;
- (xiii) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados das Debêntures;
- (xiv) seus bens e ativos operacionais e relacionados a seu objeto social encontram-se devidamente segurados, conforme práticas correntes no segmento em que atuam;
- (xv) não tem conhecimento de qualquer conselheiro, diretor, agente, empregado (i) utilizou quaisquer de seus recursos para qualquer contribuição ou doação ilícita a partidos políticos, governos ou funcionários públicos; (ii) efetuou qualquer pagamento ilícito, direto ou indireto, a qualquer oficial do governo ou funcionário público; (iii) efetuou qualquer pagamento ou praticou qualquer ato que viole qualquer disposição da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998; ou (iv) levou a efeito qualquer suborno, pagamento ilegal para tráfico de influência, propina ou outro pagamento ilícito;
- (xvi) não está submetida a processos de falência ou recuperação judicial;
- (xvii) não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido

36



110000

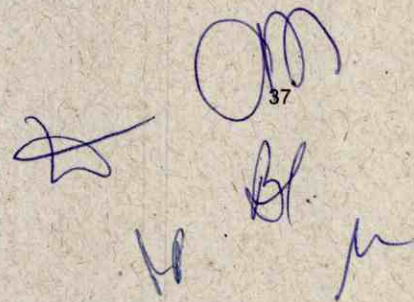
objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;

- (xviii) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xix) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Oferta; e
- (xx) as suas demonstrações financeiras, relativas ao último exercício social encerrado e ano imediatamente anterior, assim como as suas informações relativas ao último trimestre encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, de forma consistente com práticas passadas.

9.2 As Acionistas neste ato declaram e garantem que:

- (i) estão devidamente aptos a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com as suas obrigações aqui previstas;
- (ii) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre quaisquer de seus ativos ou bens ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que os afete ou quaisquer de seus bens e propriedades relevantes;

37




- (iii) não (i) utilizaram quaisquer de seus recursos para qualquer contribuição ou doação ilícita a partidos políticos, governos ou funcionários públicos; (ii) efetuaram qualquer pagamento ilícito, direto ou indireto, a qualquer oficial do governo ou funcionário público; (iii) efetuaram qualquer pagamento ou praticou qualquer ato que viole qualquer disposição da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998; ou (iv) levaram a efeito qualquer suborno, pagamento ilegal para tráfico de influência, propina ou outro pagamento ilícito;
- (iv) não existe nenhum inadimplemento e nenhum evento que, mediante notificação, decurso de prazo ou ambos, possa constituir o não-cumprimento e a não-observância devidos com relação a qualquer termo, avença ou disposição de qualquer contrato, instrumento ou documento do qual sejam parte ou pelo qual estejam obrigadas ou quaisquer de seus bens estejam onerados; e
- (v) as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições.

9.3 Indenização. As declarações e garantias prestadas pela Emissora e pelas Acionistas nesta Escritura de Emissão subsistirão até o pagamento integral das debêntures, ficando a Emissora e as Acionistas responsáveis, de forma irrevogável e irretratável, por indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas nos termos das Cláusulas 9.1 e 9.2 acima, sem prejuízo da possibilidade de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário.

10 NOTIFICAÇÕES

- 10.1** Todas as notificações ou outras comunicações relativas a esta Escritura de Emissão ("Notificações") serão feitas por escrito e em português e entregues pessoalmente, via fax, carta com aviso de recebimento ou por empresa *courrier* de renome.
- 10.2** As Notificações para a Emissora, para as Acionistas, para a CETIP e para o Agente Fiduciário deverão ser enviadas para o endereço abaixo indicado ou para outra pessoa ou endereço eventualmente por eles indicado:



38

Emissora / Acionistas:

Endereço: Rua Padre João Manoel, 222 - Cerqueira César - São Paulo

Telefone: (11) 3063-9068

E-mail: carlos.martins@ecopart.com.br

At.: Carlos Martins

CETIP

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar São Paulo - SP

Telefone: (11) 3111-1596

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

Agente Fiduciário

Endereço: Avenida das Américas, 4200 - Bloco 4 - Sala 514 - Rio de Janeiro- RJ

Telefone: (21) 3385-4565

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br/juridico@pentagonotrustee.com.br

At.: Marco Aurélio Ferreira (BackOffice)/Natalia Machado (jurídico)

Banco Mandatário e Instituição Depositária

Endereço: Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar - São Paulo - SP

Telefone: (11) 5029-1905

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

At.: Douglas Callegari

- 10.3** Todas as Notificações serão consideradas entregues na data de seu recebimento, se entregues pessoalmente, por carta registrada ou *courrier* e no momento da transmissão, em forma legível, se enviada por fax ou correio eletrônico.
- 10.4** Qualquer modificação dos endereços dispostos na Cláusula 10.2 acima deverão ser comunicadas imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Depositária, à CETIP pela Emissora.

11 FORO

- 11.1** As Partes e o Agente Fiduciário elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões que, porventura, venham a surgir na execução desta Escritura de Emissão, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



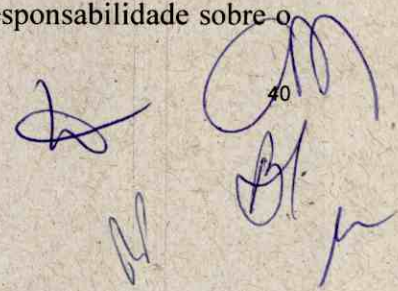
JUCESP

23 03 12

12 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 Validade.** Caso uma ou mais disposições contidas nesta Escritura de Emissão sejam consideradas ou se tornarem inválidas, ilegais, fora de vigência ou inexecutíveis em qualquer aspecto, a validade, a legalidade, a vigência ou a exequibilidade das outras disposições contidas nesta Escritura de Emissão não será afetada, nem prejudicada de forma alguma como resultado desse fato. A disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecutível será substituída por uma disposição cujo efeito econômico se aproximar o máximo possível do efeito econômico da disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecutível. O mesmo aplicar-se-á se existir lacuna nesta Escritura de Emissão.
- 12.2** Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 12.3** O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completeza das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 12.4** Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 12.5** O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o

40

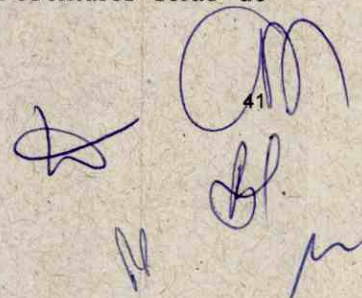


JUCESP

03 03 10

resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 12.6 Tolerância.** A tolerância, pelo Agente Fiduciário, com relação ao descumprimento de qualquer termo ou condição ajustado nesta Escritura de Emissão, não será considerada como desistência em exigir o cumprimento de disposição nele contida, nem representará perdão, renúncia ou novação com relação à obrigação passada, presente ou futura, no tocante ao termo ou condição cujo descumprimento foi tolerado.
- 12.7 Acordo Integral.** A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, prevalecendo sobre qualquer outro documento anteriormente firmado pelas Partes e pelo Agente Fiduciário e não poderá ser alterada ou modificada em nenhuma de suas cláusulas ou condições, salvo mediante acordo por escrito, assinado pelas Partes e com aprovação prévia dos Debenturistas.
- 12.8 Sobrevivência.** As obrigações das Partes decorrentes da presente Escritura de Emissão sobreviverão ao término da presente Escritura de Emissão, permanecendo obrigada até o integral e efetivo cumprimento dessas obrigações.
- 12.9 Título Executivo Extrajudicial.** Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil"), reconhecendo o Agente Fiduciário, desde já, que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.
- 12.10 Custos.** Todos e quaisquer custos incorridos com a Emissão ou com a estruturação, emissão, registros e execução das Debêntures, incluindo inscrições, registros, contratação da CETIP e do Agente Fiduciário, e de outros prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.



JUCEP

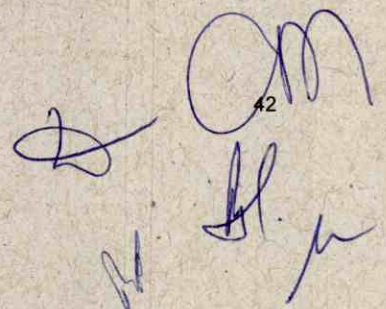
07 03 12

12.11 Lei Aplicável. Esta Escritura de Emissão é regida de acordo com as leis d
República Federativa do Brasil.

E, por estar justa e contratada, as Partes e o Agente Fiduciário firmam a presente Escritura de Emissão em 6 (seis) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, 19 de março de 2012.

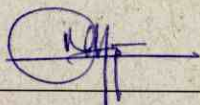
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Handwritten signatures in blue ink at the bottom right of the page. There are four distinct signatures, including a large one with a circled 'M' and a small '42' next to it.

JUCESP

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

ECOPART INVESTIMENTOS S.A.



Nome: CARLOS DE MATHIAS MARTINS JR
Cargo: DIRETOR



Nome: MARCO AURÉLIO RAPHAEL AZEVEDO SACCIA
Cargo: DIRETOR

JUCESP

03 03 13

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

ECOINVEST ASSESSORIA – DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.



Nome: CARLOS DE MATIAS MARTINS JR
Cargo: DIRETOR

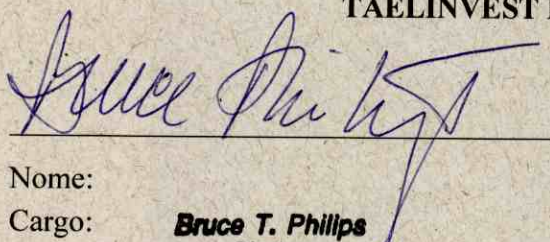
Nome:
Cargo:


JUL 03 12



23 03 12

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

TAEINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome:
Cargo: **Bruce T. Phillips**
Diretor


Nome:
Cargo: **Roberto Politi**

 45 






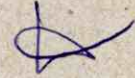
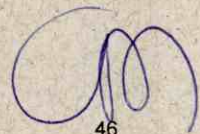



JUN 59

03 03 10

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: NATÁLIA A. MACHADO
Cargo: DIRETORA.



46




JUCESP

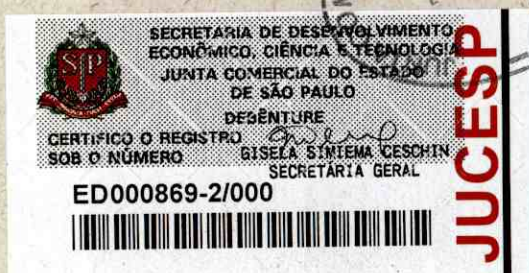
23 03 12

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
FLUTUANTE, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS
RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

Testemunhas:

Nome: Guaragna Luis Almeida
CPF: 16425919810

Nome: Renata C F F Furtos
CPF: 368 97508840



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

JUCESP

23 03 12

Anexo I

Minuta de Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES EM GARANTIA

entre

ECOINVEST ASSESSORIA – DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

e

TAEINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

e

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

• de • de 2012

 48

JUL 13 2012

13 07 12

CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE AÇÕES EM GARANTIA

Pelo presente instrumento particular, as partes:

- (1) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, CEP 22640-102, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/001-38 ("**Agente Fiduciário**"), agindo em nome e benefício dos detentores das debêntures objeto da Escritura de Emissão (conforme definida abaixo) ("**Debenturistas**");
- (2) **ECOINVEST ASSESSORIA – DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manoel, nº 222, CEP 01411-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 04.130.575/0001-80, neste ato representada nos termos de seu contrato social, ("**Ecoinvest**");
- (3) **TAEINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.728, 2º andar, CEP 01310-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.720.630/0001-42, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Taelinvest**" e, em conjunto com a Ecoinvest, os "**Acionistas**" e, ainda, juntamente com o Agente Fiduciário, as "**Partes**");

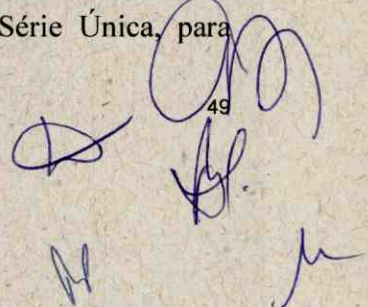
E, ainda, na qualidade de interveniente anuente:

- (4) **ECOPART INVESTIMENTOS S.A.**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manoel, nº 222, parte, CEP 01411-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.881.213/0001-93, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Ecopart**").

PREÂMBULO:

- (A) CONSIDERANDO QUE, com o objetivo de captar recursos junto ao mercado de capitais local, a Ecopart celebrou em 19 de março de 2012, com o Agente Fiduciário e outros, "Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, em Série Única, para

49



JUCESP

03 03 13

Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Ecopart Investimentos S.A." ("Escritura de Emissão");

- (B) CONSIDERANDO QUE, nesta data, (i) a Ecoinvest é a legítima titular e detentora de ● (●) ações ordinárias, representando ●% (●) do capital social da Ecopart, e (ii) a Taelinvest é a legítima titular e detentora ● (●) ações ordinárias, representando ●% (●) do capital social da Ecopart, das quais ● (●) ações da Ecoinvest e (●) ações ordinárias da Taelinvest se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus, gravames ou restrições;
- (C) CONSIDERANDO QUE, em garantia ao fiel e integral cumprimento das obrigações estabelecidas na Escritura de Emissão e demais documentos a ela relacionados, os Acionistas pretendem constituir, por meio do presente instrumento, em favor do Agente Fiduciário, garantia representada pela alienação fiduciária de ● (●) ações ordinárias de emissão da Ecopart de que são titulares nesta data;

RESOLVEM as Partes celebrar o presente Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia ("Contrato"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DEFINIÇÕES

- 1.1. Todas as referências ao Agente Fiduciário neste Contrato devem ser lidas e entendidas como referências ao Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas, conforme os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão.

2. A ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DAS AÇÕES

- 2.1. Com o objetivo de garantir o fiel e integral cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Ecopart nos termos da Escritura de Emissão, conforme descritas no Anexo I ao presente Contrato, incluindo, mas não se limitando, às obrigações estabelecidas na Cláusula 2.4 deste Contrato, descritas em conformidade com o estabelecido no artigo 1.362 da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil Brasileiro") e no *caput* do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 (em conjunto, as "Obrigações Garantidas"), os Acionistas, pelo presente Contrato e na melhor forma de direito, transferem ao Agente Fiduciário, nos termos do artigo 40 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Lei nº 4.728/65, conforme alterada, em caráter irrevogável e irretratável, a propriedade

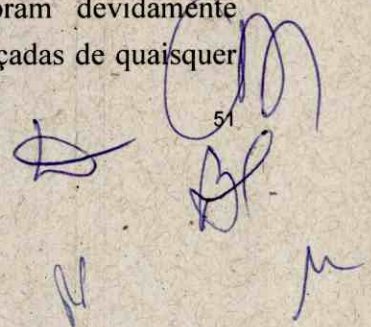
JUL 29

23 03 12

resolúvel e a posse indireta de ● (●) ações ordinárias emitidas pela Ecopart de que são titulares, representando, nesta data, ●% (● por cento) do capital social da Ecopart ("**Alienação Fiduciária**"), na seguinte proporção:

- (a) A Ecoinvest, neste ato e na melhor forma de direito, transfere ao Agente Fiduciário, a propriedade resolúvel e a posse indireta de ● (●) ações ordinárias emitidas pela Ecopart, representativas de ●% (● por cento) do capital social da Ecopart ("**Ações Ecoinvest**"); e
 - (b) A Taelinvest, neste ato e na melhor forma de direito, transfere ao Agente Fiduciário, a propriedade resolúvel e a posse indireta de ● (●) ações ordinárias emitidas pela Ecopart, representativas de ●% (● por cento) do capital social da Ecopart ("**Ações Ecoinvest**" e, em conjunto com as Ações Ecoinvest, "**Ações Alienadas**").
- 2.2. As principais características das Ações Alienadas encontram-se descritas no Anexo II ao presente Contrato, em conformidade com o disposto no artigo 1.362 do Código Civil Brasileiro.
- 2.3. A propriedade fiduciária constituída através da Alienação Fiduciária a que se relaciona a Cláusula 2.1 acima, deverá ainda se estender além das Ações Alienadas, (i) a toda e qualquer opção ou direito de qualquer natureza que tenha sido, ou venha a ser outorgado pelos Acionistas ou pela Ecopart em relação às Ações Alienadas; e (ii) aos direitos creditórios, bem como quaisquer importâncias recebidas ou recebíveis pelos Acionistas e/ou a Ecopart em razão das Ações Alienadas ou dos demais bens e direitos enumerados nesta Cláusula 2 ("**Bens Alienados**").
- 2.4. Além de garantir o integral e pontual cumprimento pela Ecopart das Obrigações Garantidas, a Alienação Fiduciária ora constituída sobre as Ações Alienadas destinar-se-á a garantir o cumprimento integral e pontual pela Ecopart, das taxas, comissões, perdas, correção monetária, danos, multas e despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário venha a desembolsar em virtude da constituição, manutenção e/ou execução da alienação fiduciária ora constituída, conforme previsto no presente Contrato ou na Escritura de Emissão.
- 2.5. Adicionalmente, a Ecopart e os Acionistas, neste ato, declaram e garantem ao Agente Fiduciário que as Ações Alienadas existem, foram devidamente subscritas e integralizadas e se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer

51



JUL 19 1999

02 03 10

ônus, garantias reais, ou gravames de quaisquer naturezas, podendo a presente Alienação Fiduciária ser constituída.

- 2.6. Fica pactuado que o presente Contrato, bem como todos os direitos e obrigações ora estabelecidos, permanecerão plenamente e integralmente em vigor até a quitação integral e irrestrita de todas as Obrigações Garantidas.
- 2.7. Convencionam as Partes que os Bens Alienados, não poderão ser vendidos ou transferidos pelos Acionistas e/ou a Ecopart, e nem poderão ser sujeitados à criação de quaisquer ônus, garantias reais, ou gravames de quaisquer naturezas, que não os criados nos termos do presente Contrato.

3. REGISTROS E AVERBAÇÕES

- 3.1. Fica desde já acordado entre as Partes que a Ecopart deverá apresentar este Contrato, (i) para registro perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos de seu respectivo domicílio, nos termos do artigo 1.361, § 1º do Código Civil Brasileiro, e (ii) para averbação no seu livro de Registro de Ações Nominativas, nos termos do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, imediatamente após a assinatura do presente Contrato.
- 3.1.1. A averbação no Livro de Registro de Ações Nominativas da Ecopart de que trata a Cláusula 3.1 acima deverá ser realizada no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de assinatura deste Contrato.
- 3.1.2. O registro deste Contrato nos competentes Registros de Títulos e Documentos, nos termos do *caput* da Cláusula 3.1 acima, deverá ser realizado no prazo de até 20 (vinte) dias contados da data de assinatura deste Contrato.
- 3.1.3. A Ecopart e os Acionistas deverão entregar ao Agente Fiduciário, em forma e teor satisfatório ao Agente Fiduciário, cópias do Livro de Registro de Ações Nominativas da Ecopart e do presente Contrato devidamente registrado nos competentes Registros de Títulos e Documentos, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de encerramento dos prazos indicados nas Cláusulas 3.1.1 e 3.1.2 acima.
- 3.1.4. Em caso de aditamentos ao presente Contrato, a Ecopart deverá (i) apresentar o respectivo aditamento para averbação junto ao competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, devendo enviar ao

00000000

00000000

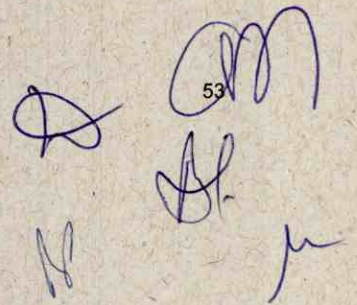
Agente Fiduciário, em até 20 (vinte) dias contados da assinatura do aditamento, cópia do aditamento evidenciando tal registro, e (ii) praticar quaisquer outros atos eventualmente solicitados pelo Agente Fiduciário, necessários à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas.

- 3.2. Adicionalmente, os Acionistas comprometem-se a cumprir com as suas obrigações descritas nos itens (a) e (b) da Cláusula 4.1 abaixo.
- 3.3. Correrão por conta exclusiva da Ecopart todas e quaisquer despesas decorrentes do presente Contrato, inclusive aquelas oriundas dos registros a que se refere a Cláusulas 3.1 acima. Não obstante, o Agente Fiduciário poderá providenciar os registros e demais formalidades previstos neste Contrato, hipótese em que a Ecopart deverá antecipar ao Agente Fiduciário todas as despesas relacionadas a tais registros e formalidades ou fornecer quaisquer informações e documentos solicitados pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias contados do recebimento de notificação do Agente Fiduciário neste sentido.

4. OBRIGAÇÕES DOS ACIONISTAS E DA ECOPART

- 4.1. Além das demais obrigações previstas neste Contrato, os Acionistas e a Ecopart obrigam-se a:
- (a) arquivar o presente Contrato na sede da Companhia no prazo de até 5 (cinco) dias contados da assinatura do presente Contrato;
 - (b) fazer com que seja averbado nos livros de registro de ações nominativas da Ecopart, o gravame constituído pelo presente Contrato, nos termos da Cláusula 3.1 acima, bem como garantir o cumprimento das obrigações descritas na Cláusula 3.1.2 e 3.1.3 acima;
 - (c) realizar qualquer ato eventualmente solicitado pelo Agente Fiduciário e que seja necessário à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e deste Contrato;
 - (d) cumprir, mediante recebimento de comunicação firmada pelo Agente Fiduciário, no qual este declare que ocorreu e persiste um Evento de Inadimplemento (conforme descrito na Cláusula 7.1 abaixo), todas as instruções razoáveis constantes da citada notificação para regularização

53



das Obrigações Garantidas inadimplidas ou para a execução da alienação fiduciária objeto deste Contrato;

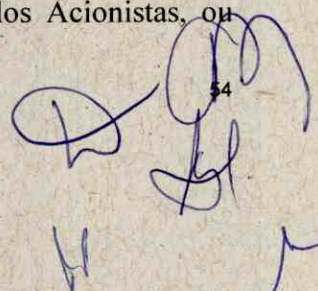
- (e) comunicar o Agente Fiduciário acerca de subscrição ou aquisição de novas ações emitidas pela Ecopart, bem como acerca da realização de qualquer operação societária envolvendo a Ecopart;
- (f) manter todas as autorizações necessárias à assinatura deste Contrato e Escritura de Emissão, e ao fiel cumprimento de todas as obrigações neles previstas, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor;
- (g) manter as Ações Alienadas sempre existentes, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, sem qualquer ônus, restrição ou condição; e
- (h) defender-se de forma tempestiva e eficaz de qualquer ato, ação, procedimento ou processo que possa, de qualquer forma, afetar este Contrato, os direitos aqui criados, as Ações Alienadas ou os demais Bens Alienados.

5. DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS

5.1. Os Acionistas e a Ecopart declaram e garantem ao Agente Fiduciário que:

- (a) estão devidamente autorizados a celebrar o presente Contrato e a cumprir com todas as suas obrigações nele contidas;
- (b) a celebração e execução do presente Contrato não infringem e nem tampouco infringirão qualquer outro contrato ou acordo do qual sejam parte;
- (c) irão ressarcir o Agente Fiduciário por quaisquer perdas, danos, custos ou despesas por ele incorridos por razão de qualquer declaração falsa ou incorreta que tenham feito nos termos deste Contrato;
- (d) irão cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos do presente Contrato; e
- (e) irão substituir, reforçar ou complementar o direito real de garantia estabelecido em favor do Agente Fiduciário nos termos deste Contrato, caso os Bens Alienados sofram deterioração, por quaisquer fatores ou, sejam de qualquer forma vendidos ou transferidos pelos Acionistas, ou

54



JUCESP

forem objeto ou ameaçados de penhora, sequestro, arresto ou qualquer outra medida judicial ou administrativa que possa de qualquer forma reduzir a Alienação Fiduciária objeto deste Contrato.

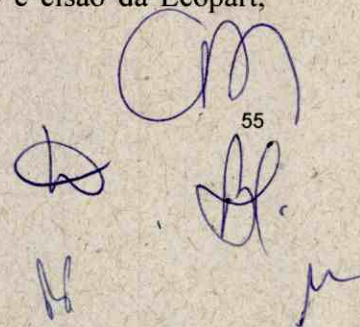
- 5.2. Será considerado um Evento de Inadimplemento para fins deste Contrato, conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo, a verificação de qualquer das declarações prestadas pelos Acionistas ou pela Ecopart, nos termos da Cláusula 5 acima caso não seja verdadeira, completa e/ou precisa a qualquer momento durante a vigência deste Contrato.

6. DAS RESTRIÇÕES AO DIREITO DE VOTO

- 6.1. Os Acionistas e a Ecopart, desde já, obrigam-se a obter antecipadamente, juntamente ao Agente Fiduciário, autorização expressa e por escrito mediante aprovação prévia em Assembléia Geral de Debenturistas, para a adoção das seguintes medidas nas deliberações dos órgãos sociais da Ecopart, tais como Assembléias Gerais, Reuniões do Conselho de Administração e Reuniões de Diretoria:

- (a) qualquer alteração a ser introduzida no Estatuto Social da Ecopart, que implique em redução de direitos dos Acionistas;
- (b) autorização de emissão de novas ações ou de quaisquer títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações da Ecopart, criação de certificados de participação, resgate ou amortização de ações da Ecopart;
- (c) destinação, retenção ou distribuição de lucro pela Ecopart, na forma de dividendos ou juros sobre o capital, em qualquer montante que seja superior ao do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social;
- (d) alteração nas características ou condições de bônus de subscrição ou de sua emissão conforme aplicável;
- (e) aumento de capital superior ao capital autorizado pela Ecopart;
- (f) suspensão do exercício dos direitos dos acionistas da Ecopart;
- (g) deliberação sobre a avaliação de bens com que os Acionistas concorrerem para a formação do capital social da Ecopart;
- (h) deliberação sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Ecopart, sua dissolução e liquidação;

55



JUL 05 2011

09 09 10

- (i) autorização aos administradores para confessar falência e/ou ingressar com pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Ecopart;
- (j) contratação de endividamento ou assunção de quaisquer passivos que ultrapassem individualmente ou no agregado R\$ 200.000,00 (duzentos mil Reais), em uma única operação ou série de operações correlatas, em um dado período de 12 (doze) meses;
- (k) participação da Ecopart em grupo de sociedades;
- (l) a constituição de qualquer subsidiária ou afiliada da Ecopart; e
- (m) mudança do objeto social da Ecopart.

6.2. Os Acionistas e a Ecopart obrigam-se a solicitar autorização ao Agente Fiduciário nos termos da cláusula 6.1 em tempo hábil para que o mesmo convoque a Assembléia Geral de Debenturistas.

6.3. Os Acionistas se comprometem de forma irrevogável e irretratável a votar nas deliberações acima elencadas de acordo com a orientação que lhes tenha sido transmitida pelo Agente Fiduciário. Comprometem-se, ainda, a direcionar os administradores e representantes que tenham indicado para os órgãos deliberativos da Ecopart a assim também fazê-lo.

7. EVENTOS DE INADIMPLEMENTO

7.1. Sem prejuízo da Cláusula 5.2 acima, será considerado um evento de inadimplemento para fins deste Contrato (i) o descumprimento de qualquer obrigação da Ecopart ou dos Acionistas decorrente da Escritura de Emissão ou do presente Contrato, e/ou (ii) a ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão ("Eventos de Inadimplemento").

8. O PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DA GARANTIA

8.1. Nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e do artigo 1.364 do Código Civil Brasileiro, fica o Agente Fiduciário, na qualidade de credor fiduciário, no direito de e autorizado a, na ocorrência de um Evento de Inadimplemento, exercer a propriedade sobre os Bens Alienados, podendo assim vender os Bens Alienados a terceiros para amortizar e/ou liquidar as Obrigações Garantidas.

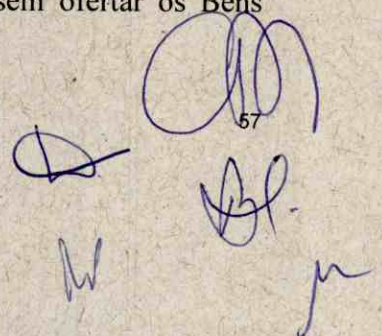
JURIS

1000

independentemente de leilão, ~~hasta pública ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial~~, entregando ao final aos Acionistas e/ou à Ecopart o que eventualmente sobejar.

- 8.1.1.** Os Acionistas e a Ecopart, neste ato, declaram-se cientes de que a Alienação Fiduciária confere ao Agente Fiduciário, mediante a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas na Cláusula 7.1 acima, em caráter irrevogável e irretratável, o direito de vender os Bens Alienados.
- 8.1.2.** Mediante a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, os Acionistas e a Ecopart obrigam-se a seguir exclusivamente as instruções do Agente Fiduciário, com respeito aos Bens Alienados, inclusive, porém sem se limitar, às instruções do Agente Fiduciário no caso da execução das Ações Alienadas ou demais Bens Alienados, nos termos desta Cláusula 8, ou de outra forma que venha a ser determinada.
- 8.1.3.** Mediante a de um Evento de Inadimplemento, o Agente Fiduciário poderá exercer todos os direitos, poderes e remédios que sejam outorgados aos mesmos por força do presente Contrato, ou pela lei. O Agente Fiduciário poderá, a exclusivo julgamento dos Debenturistas, e sem incorrer em qualquer obrigação perante os Acionistas e/ou a Ecopart, ou qualquer terceiro, como consequência de seus atos, determinar a realização de uma venda privada de qualquer parte ou do todo dos Bens Alienados, a qual deve ser conduzida de maneira comercialmente razoável. Os Acionistas e a Ecopart reconhecem que qualquer venda privada de qualquer parte, ou todos os Bens Alienados pode ser realizada a preços e em termos menos favoráveis aos Debenturistas que aqueles que poderiam ser obtidos por meio de uma venda pública sem quaisquer restrições, e apesar disto, concordam que qualquer venda privada deve ser considerada como tendo sido feita de maneira comercialmente razoável, e que o Agente Fiduciário não terá qualquer obrigação de realizar venda pública. Os Acionistas e a Ecopart, neste ato, renunciam a quaisquer direitos que possam invocar contra o Agente Fiduciário, decorrentes do fato de ter sido o preço praticado na venda privada de parte ou da totalidade dos Bens Alienados inferior ao que poderia ter sido auferido no caso de uma venda pública, ou tenha sido inferior ao agregado das Obrigações Garantidas, ainda que os Debenturistas aceitem a primeira oferta recebida, sem ofertar os Bens Alienados a mais de um ofertante.

57



11050

8.1.4. Os recursos recebidos pelo Agente Fiduciário com a venda dos Bens Alienados devem ser utilizados para satisfação das Obrigações Garantidas e das despesas de cobrança. Caso a venda dos Bens Alienados sobeje as Obrigações Garantidas e as despesas de cobrança, será devolvido o saldo à Ecopart. Caso contrário, conforme disposto no artigo 1.366 do Código Civil Brasileiro, se a venda dos Bens Alienados não for suficiente à satisfação das Obrigações Garantidas e das despesas de cobrança, a Ecopart continuará obrigada ao pagamento do restante.

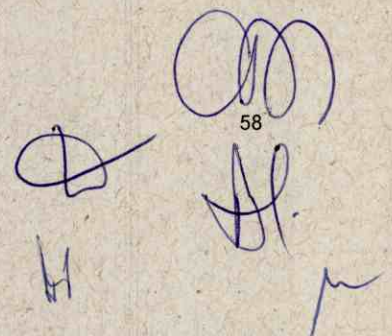
8.2. Após a ocorrência de qualquer das hipóteses descritas na Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário fica, desde já, outorgado pelos Acionistas e pela Ecopart na condição de legítimo e bastante procurador, com poderes expressos, especiais e irrevogáveis para, individualmente, (i) vender uma parte ou a totalidade dos Bens Alienados, na maneira e nas condições que venha a ser por ele determinada, a seu exclusivo critério, (ii) aplicar as receitas obtidas com a venda, para satisfação total ou parcial das Obrigações Garantidas devidas e pagáveis ao Agente Fiduciário, e (iii) deduzir das receitas de venda todas as despesas incorridas direta ou indiretamente com a venda. Para o cumprimento de tais propósitos, o Agente Fiduciário fica expressamente autorizado pelos Acionistas e pela Ecopart a executar todas as ações necessárias para a venda dos Bens Alienados, gozando de poderes para a assinatura de contratos, o recebimento de quaisquer montantes que sejam devidos, passar recibos, dar quitação, celebrar acordos e renunciar direitos, conforme venha a julgar oportuno, a seu exclusivo critério.

8.2.1. A procuração constituída nos termos desta 3.2 foi outorgada como uma condição à celebração do presente Contrato, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, e, conforme os artigos 684 e 695 do Código Civil Brasileiro, é irrevogável e imutável por todo o período de validade do presente Contrato e enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente satisfeitas.

9. PRAZO

9.1. Este Contrato vigorará a partir da presente data até a plena e irrestrita quitação de todas as Obrigações Garantidas.

58



JUL 05 09

23 03 12

10. NOTIFICAÇÕES

10.1. Quaisquer notificações, avisos ou comunicações a serem feitas entre as Partes na vigência deste Contrato, deverão ser realizados nos endereços designados nas qualificações das Partes, na primeira página deste Contrato.

10.1.1. Todas as Notificações serão consideradas entregues na data de seu recebimento, se entregues pessoalmente, por carta registrada e no momento da transmissão, em forma legível, se enviada por fax ou correio eletrônico.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as Partes será sempre considerada mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos, inclusive de mandato, nem implicará em novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

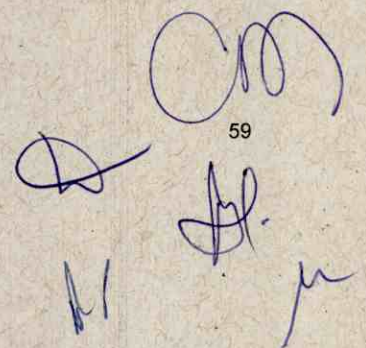
11.2. As Partes, obrigando-se por si e seus sucessores a qualquer título, acordam que todos os termos, condições, avenças, mandatos, pactos e compromissos assumidos neste Contrato são contratados em caráter irrevogável e irretratável.

11.3. Os Acionistas e a Ecopart desde já concordam, a tomar todas e quaisquer medidas e produzir todos e quaisquer documentos necessários para a formalização e, se for o caso, liquidação da presente garantia, obrigando-se a tudo praticar e/ou ratificar de modo a possibilitar o bom exercício dos direitos e prerrogativas estabelecidos neste Contrato.

11.4. Se, a qualquer tempo, qualquer disposição do presente Contrato for ou tornar-se ilegal, inválida ou ineficaz, sob qualquer lei ou jurisdição, a legalidade, a validade, ou a eficácia das demais disposições não serão afetadas ou enfraquecidas de forma alguma, ou em qualquer outra jurisdição e, portanto, as demais disposições permanecerão válidas e eficazes, garantindo-se a conservação de seus efeitos.

11.5. Qualquer alteração dos termos e condições deste Contrato somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado pelas Partes, pela Ecopart e por 2 (duas) testemunhas.

59

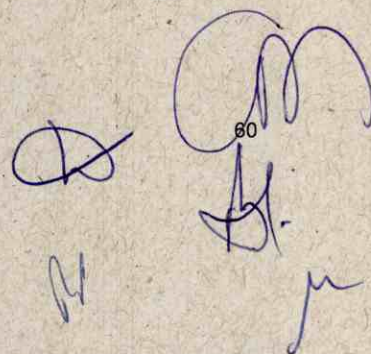


JUDICIAL

00000000

- 11.6. Este Contrato obriga as Partes e seus sucessores a qualquer título, e somente poderá ser modificado ou alterado mediante aditamento escrito firmado entre as Partes, a Ecopart e por 2 (duas) testemunhas.
- 11.7. Para os fins deste Contrato, os Debenturistas poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas pelos Acionistas e pela Ecopart, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621 e 632 do Código de Processo Civil Brasileiro.
- 11.8. Este Contrato é regido e deve ser interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.
- 11.9. As Partes elegem o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões que, porventura, venham a surgir na execução deste Contrato, renunciando desde já a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

(restante da página intencionalmente em branco)

Handwritten signatures in blue ink at the bottom right of the page. There are three distinct signatures, with the largest one being a stylized 'M' or 'B' shape. A small number '60' is visible near the middle signature.

JUL 09

E, por estarem justas e contratadas, as Partes firmam o presente Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, e para um só efeito, juntamente com as 2 (duas) testemunhas abaixo indicadas.

São Paulo, • de • 2012.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por:

Cargo:

ECOINVEST ASSESSORIA – DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Por:

Cargo:

TAEINVEST PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:

Cargo:

ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

Por:

Cargo:

Por:

Cargo:

Testemunhas:

1. _____
Nome:
RG:
CPF/MF:

2. _____
Nome:
RG:
CPF/MF:

ANEXO I

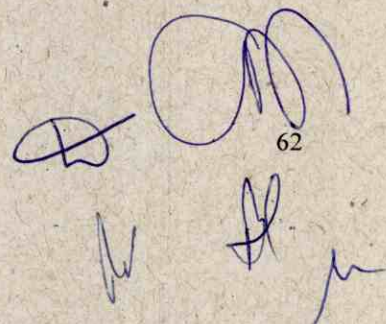
23 03 12

ANEXO I

OBRIGAÇÕES GARANTIDAS

•

62



ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES ALIENADAS SUJEITAS À ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

ACIONISTA	NÚMERO DE AÇÕES	VALOR (R\$)
Ecoinvest Assessoria – Desenvolvimento e Participações Ltda.	•	•
Taelinvest Participações S.A.	•	•
TOTAL		